

**ILUSTRE PREFEITO(A) MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PALMARES, PE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2025**

**LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA**, com endereço na Rua Calçada das Camélias, 53, 1º Andar, Sala 02, Condomínio Centro Comercial Alphaville, CEP 06.453-056, no município de Barueri/SP, e-mail: juridico@linkbeneficios.com.br, devidamente inscrita no CNPJ/MF 12.039.966/0001-11, Inscrição Estadual nº 152.123.140.110 e Inscrição Municipal nº 4.BK156-4, qualificada por seu procurador “*in fine*”, vem, respeitosamente, a presença de V. S.<sup>a</sup>, para com fundamento no artigo 5º, inciso XXXIV da CF c/c artigo 165, inciso I, da Lei 14.133/2021, apresentar:

---

**RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO**  
“em seu efeito suspensivo”

---

em decorrência de ação irregular do pregoeiro durante fase de lances e da classificação da empresa **BRASIL PREDIAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.** como vencedora do pregão eletrônico em epígrafe, consoante aos fatos e fundamentos que passa a expor.



## 1. DOS FATOS

---

Trata-se de licitação na modalidade Pregão Eletrônico n. 003/2025, promovido pelo Município de Palmares/PE, cujo objeto é:

*“Contratação de empresa especializada em implantação e operação de sistema informatizado e integrado, com acesso por meio de cartão magnético ou login com senha/rede, via internet, através de rede de estabelecimentos credenciados, para aquisição de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios de construção, elétrico e hidráulico, destinado a utilização da Secretaria de Infraestrutura nas suas ações, no âmbito da Prefeitura Municipal dos Palmares, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”*

Após os trâmites da fase de disputa no processo licitatório, a empresa que, em tese, apresentou a melhor oferta e sagrou-se vencedora foi a BRASIL PREDIAL, com taxa de – 0,40%.

Em detida análise à fase competitiva e condução do certame, verificou-se irregularidades insanáveis, no que dizem respeito à classificação da empresa vencedora, que apresentou uma taxa (- 0,40%), que beira a inexecuibilidade, além de outros motivos que serão demonstrados (como dar em garantia de exequibilidade um valor imaginável que ainda nem possui), o que motivou a LINK a alertar a Administração quanto a tais irregularidades, em apresentação de intenções recursais.

Com isso, a Recorrente registra esta petição em forma de Recurso, com supedâneo nos permissivos legais, para apresentar **graves irregularidades no certame**, quais sejam, a violação da Legalidade e da Vinculação aos termos do Edital.



## **2. DOS FUNDAMENTOS**

---

### **2.1. DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA OFERTADA**

---

O edital é categórico ao estabelecer que o critério para julgamento é o menor preço global para uma proposta mais vantajosa, o que, como será demonstrado, admitir uma taxa negativa tão alta como a da Recorrida, é ir de encontro a uma proposta vantajosa para a Administração, no decorrer da execução do contrato.

Em detida análise ao Instrumento Convocatório do referido Certame Público, fica claro ser possível a oferta de taxa de administração com percentual igual ou inferior a “zero” (diga-se, taxa negativa).

Em que pese a previsão do Edital em consonância com entendimento do TCU, a licitante, ora Recorrida Brasil Predial ofertou uma taxa bem baixa (- 0,40%), o que manifestamente para o objeto do edital se mostra algo inexequível e, no mínimo, ilusório.

Na ânsia de ganhar a licitação e adjudicar para si o objeto do certame, a Recorrida oferta uma insana taxa que faz parecer, falsamente, que a Administração Pública estaria se beneficiando com tamanho desconto, quando na realidade é o oposto, em vista de futuramente, ao não conseguir cumprir tal oferta, levar a prejuízo ao Erário.

A Recorrida terá que arcar com seus próprios recursos para conseguir cumprir com uma taxa tão negativa ou cobrar uma taxa alta de sua rede credenciada, como ocorre bastante com algumas empresas que para evitar a falência, por não suportar o desconto que ela ofereceu para poder ganhar, agem dessa incorreta forma.

Assim, fica evidente que a taxa oferecida pela Recorrida é inexequível e não deve ser validada ou a Administração sofrerá posteriormente com isso, faltando atendimento para suas necessidades, pois a Recorrida não poderá cumprir seu compromisso, ou ainda pagará, no final, um preço bem mais alto à Rede Credenciada da



Recorrida, que com pagamento da taxa de rede alta para cobrir o desconto, a rede terá que cobrar bem mais alto nos seus serviços e material fornecido.

Ademais, a prática é vedada por comprometer a exequibilidade e contrariar a lógica de precificação estabelecida.

Para fim de comprovar uma margem de lucro líquido mínima, a Recorrida apresentou na sua composição da proposta uma dependência de receita proveniente de antecipação de recebíveis, o que distorce a REAL CAPACIDADE ECONÔMICA da operação e fere os princípios da Economicidade, Exequibilidade e Equilíbrio Financeiro Contratual, configurando um modelo de precificação artificial e incompatível com as regras do certame.

Neste ponto, cabe a esta r. comissão de licitação, através da personificação da figura do pregoeiro, analisar detalhadamente a proposta apresentada pela empresa **BRASIL PREDIAL** e verificar se ela realmente atende à vantajosidade do edital e se ela possui realmente o patrimônio/capital para manter sua proposta.

Ao analisar minuciosamente a proposta de preços da **PERSONAL NET**, torna-se inequívoco que a empresa pretende cobrar uma taxa da rede credenciada bem alta, sendo 3,99% a título de adiantamento e 1,24% de credenciamento, senão vejamos:

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS		
COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA		
(A) VALOR ESTIMADO	R\$ 3.829.334,00	
(B) TAXA ADMINISTRAÇÃO	-R\$ 62.801,08	-1,64%
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA</b>	<b>R\$ 3.766.532,92</b>	<b>100,00%</b>
(C) TAXA DE CREDENCIAMENTO	R\$ 47.483,74	1,24%
(D) TAXA DE ADIANTAMENTO	R\$ 150.284,66	3,99%
RECEITA	R\$ 134.967,33	(B) + (C) + (D)
COMPOSIÇÃO DE CUSTOS		
<b>IMPOSTOS SOBRE A RECEITA</b>	<b>R\$ 7.625,65</b>	<b>0,20%</b>
PIS (0,65%)	R\$ 877,29	0,02%
COFINS (3%)	R\$ 4.049,02	0,11%
ISS (2%)	R\$ 2.699,35	0,07%
<b>CUSTOS + DESPESAS</b>	<b>R\$ 127.585,39</b>	<b>3,36%</b>
(B) TAXA ADMINISTRAÇÃO	R\$ 62.801,08	1,64%
MÃO DE OBRA, INSUMOS, MATERIA PRIMA	R\$ 40.490,20	1,07%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 24.294,12	0,64%
<b>LUCRO</b>	<b>R\$ 135.211,05</b>	<b>3,59%</b>
<b>IMPOSTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>R\$ 45.935,20</b>	<b>1,22%</b>
CSLL (9%)	R\$ 12.168,99	0,32%
IRPJ + AIRPJ (25%)	R\$ 33.766,20	0,90%
<b>RESULTADO</b>	<b>R\$ 89.275,85</b>	<b>2,37%</b>



A Recorrida informou que vai cobrar da Administração uma taxa de -1,64%, mas também incluiu em sua proposta uma taxa de adiantamento de adiantamento de 3,99% e de 1,24% de credenciamento, o que vai onerar a Administração Pública.

A taxa de adiantamento, veja, é uma taxa anunciada pela Licitante, mas que depende da vontade da rede, não da vencedora do certame, assim, não deveria essa taxa ser usada como **fonte certa de lucro**, por isso é vedada.

Isso levanta uma questão: de quem será cobrada essa taxa de adiantamento? Evidente que será cobrada, essa taxa, dos fornecedores/empresas credenciados à BRASIL PREDIAL, que para não “ficar no prejuízo”, acrescentarão um maior valor nos produtos que serão passados à Administração, superando o valor de mercado, novamente indo de encontro com o que diz o edital (pág. 42):

- f. Os valores referentes a aplicação da multa serão descontados no pagamento da fatura subsequente àquela que houve o atraso. O pagamento citado nesta cláusula deverá ser efetuada quando da liquidação do pagamento da fatura apresentada ao órgão CONTRATANTE, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, nos termos da legislação vigente. Envidar todos os esforços no sentido que os preços máximos a serem cobrados na rede credenciada, terão como limite o preço de mercado acrescido da taxa total do contrato vigente;
- f. Envidar todos os esforços no sentido que os preços máximos a serem cobrados na rede credenciada, terão como limite o preço de mercado acrescido da taxa total do contrato vigente;

Por preço de mercado se entende que é o preço praticado pelas congêneres sobre os mesmos produtos, e **não tem** como manter os preços de mercado se os valores que a BRASIL PREDIAL está cobrando da sua credenciada os está onerando demasiadamente, ou poderão ir à falência.

Considerando que o valor estimado da contratação é de R\$ 3.829.334,00, e a taxa de Administração é de - 1,64% com uma taxa de credenciamento de 1,25 resta, ao final, que o real desconto é de - 0,40%, pela BRASIL PREDIAL o que restaria um valor negativo de prejuízo em R\$ 15.317,34 por toda a prestação dos serviços.



Valor estimado: R\$ 3.829.334,00

Taxa de administração: - 1,64% = R\$ 62.801,08

Taxa de credenciamento: 1,24% = R\$ 47.483,74

Desconto final para a Adm.: - 0,40% = R\$ 15.317,34

Da proposta apresentada é possível concluir que a empresa cobrará a taxa de 3,99% da rede credenciada:

Valor estimado: R\$ 3.829.334,00

Taxa de adiantamento: 3,99% = R\$ 152.790,43

Assim, além da taxa de Credenciamento, mais a taxa de adiantamento (que não é uma fonte segura, já que depende da vontade da rede credenciada, pois é acordo entre a rede e a vencedora do certame), vai onerar mais ainda a rede credenciada.

A Recorrida tencionou vencer o certame e para mascarar poder adimplir com uma taxa Administrativa limitada a 0%, não superior, como prevê o edital, porém para tornar mais interessante e afastar-se das demais licitantes, exagerou em sua proposta e agora quem vai sofrer, no final, vai ser a própria Administração Pública.

Para concluir o entendimento, a Recorrida ofertou um desconto negativo em 1,64% para a Administração, porém o valor (R\$ 62.801,08) que ela teria que suportar de prejuízo seria muito alto, então cobra 1,24% (cerca de 0,40%) da sua rede credenciada para o cadastramento, assim, ela diminui o seu prejuízo para R\$ 15.317,34.

Na mesma linha de raciocínio, para não ficar nesse prejuízo de mais de R\$ 15 mil, ela **ESPERA** receber adiantamento de sua rede na importância de R\$ 152.790,43 (3,99% do valor total), o que poderia continuar a execução do contrato com a Administração sem ser prejudicada e ainda pagando suas despesas na execução desse e de outros contratos, ou seja, poderia “sobreviver”.



Contudo, como a taxa de adiantamento não depende dela, mas sim da rede credenciada, não havendo o previsto (e incerto) adiantamento, ela não conseguirá manter a proposta, inexecutando o contrato ou executando-o com possível superfaturamento disfarçado para não falir ou empobrecer em mais de R\$ 15 mil (isso sem contar se o contrato for renovado, hipoteticamente).

Com isso, resta claro que a Recorrida busca manter a execução de sua proposta baseada em uma taxa de adiantamento, ou seja, ela não tem como afirmar que a proposta que ofertou de 0,40% negativos é exequível, o que fica evidente que não o é.

Dessa forma, a única solução para o caso é a desclassificação

### **3. BREVE COMENTÁRIO SOBRE A BRASIL PREDIAL**

A título de prevenir o(a) nobre agente de contratações e sua equipe, vale trazer à tona que a BRASIL PREDIAL, ora Recorrida, participou de certame público, uma licitação ocorrida do **Município de Piúma/ES** no Pregão Eletrônico nº 06/2025.

Tendo vencido o certame com a proposta, em tese, mais vantajosa, e após a apresentação de documentos, a BRASIL PREDIAL foi chamada para apresentar a Prova de Conceito (PoC).

Ocorre que durante a PoC, a ora Recorrida não conseguiu atender, na sua apresentação de sistema, a PoC, conforme exigência em edital dos quesitos elencados, sendo, consequentemente, inabilitada do certame. Vejamos:







**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**  
**Comissão para Prova de Conceito**



**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PARA PROVA DE CONCEITO DA "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, INTERMEDIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO VIA WEB, ON-LINE E REAL TIME, DE GERENCIAMENTO DE INSUMOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, INCLUINDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, ELÉTRICO, HIDRÁULICO, UTENSÍLIOS, EPI'S, ARTEFATOS DE FERRO E CONCRETO E AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS MANUAIS".**

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às 10h13, na sala de reuniões da Secretaria do Governo, realizou-se a reunião da Comissão para realização da prova de conceito da "contratação de empresa para prestação de serviços de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado via web, on-line e real time, de gerenciamento de insumos de construção civil, incluindo aquisição de materiais de construção civil, elétrico, hidráulico, utensílios, EPI's, artefatos de ferro e concreto e aquisição ou locação de ferramentas e equipamentos manuais", instituída pela Portaria Municipal nº 33, de 05 de maio de 2025. Estiveram presentes os integrantes: Sra. Mônica Maroto Soares, Sr. Antônio Alfredo de Angelis e Sr. Tarcísio Fernandes Cardoso Bezerra, respectivamente, Presidente e Membros da Comissão. Registra-se a presença dos técnicos representantes da empresa Brasil Predial Soluções e Serviços Ltda, convocada para a prova de conceito e de representante da empresa Link Card Administradora de Benefícios Ltda, que assistiu a reunião. Iniciados os trabalhos, a empresa Brasil Predial Soluções e Serviços Ltda solicitou prorrogação do início da apresentação por mais dez minutos para estabelecer a conexão com o servidor, alegando que a empresa estava em processo de substituição do mesmo, o que foi acatado pela Comissão. Ato contínuo, a apresentação foi iniciada com grande instabilidade e dificuldades na comprovação dos itens. Registre-se, que por diversas vezes, ocorreu problemas de conexão travando o sistema e impedindo que as simulações fossem concluídas. Na sequência, às 10h50, devido à grande instabilidade do sistema e não evolução da comprovação do atendimento dos itens conforme as categorias estabelecidas no Anexo I do Edital, a presidente da Comissão informou à empresa que seriam concedidos dez minutos para que a apresentação fosse retomada e, caso não ocorresse, a prova de conceito seria encerrada. Ato contínuo, a empresa comunicou que

Avenida Felício Lopes, n.º 238, Acaiaca, Piúma-ES - CEP. 29.285-000



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA**  
**Comissão para Prova de Conceito**



realizaria a tentativa de apresentação remota. Na sequência, ocorre então a tentativa de retomada da apresentação, que restou infrutífera. Às 11h13 a presidente encerrou a prova de conceito e, por unanimidade dos membros da Comissão, concluíram que a empresa não comprovou o atendimento dos itens conforme as categorias estabelecidas no Anexo I do Edital. Nada mais havendo a tratar, eu, Antônio Alfredo de Angelis, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais participantes.

Piúma-ES, 20 de maio de 2025.

**MÔNICA MAROTO SOARES**  
Presidente

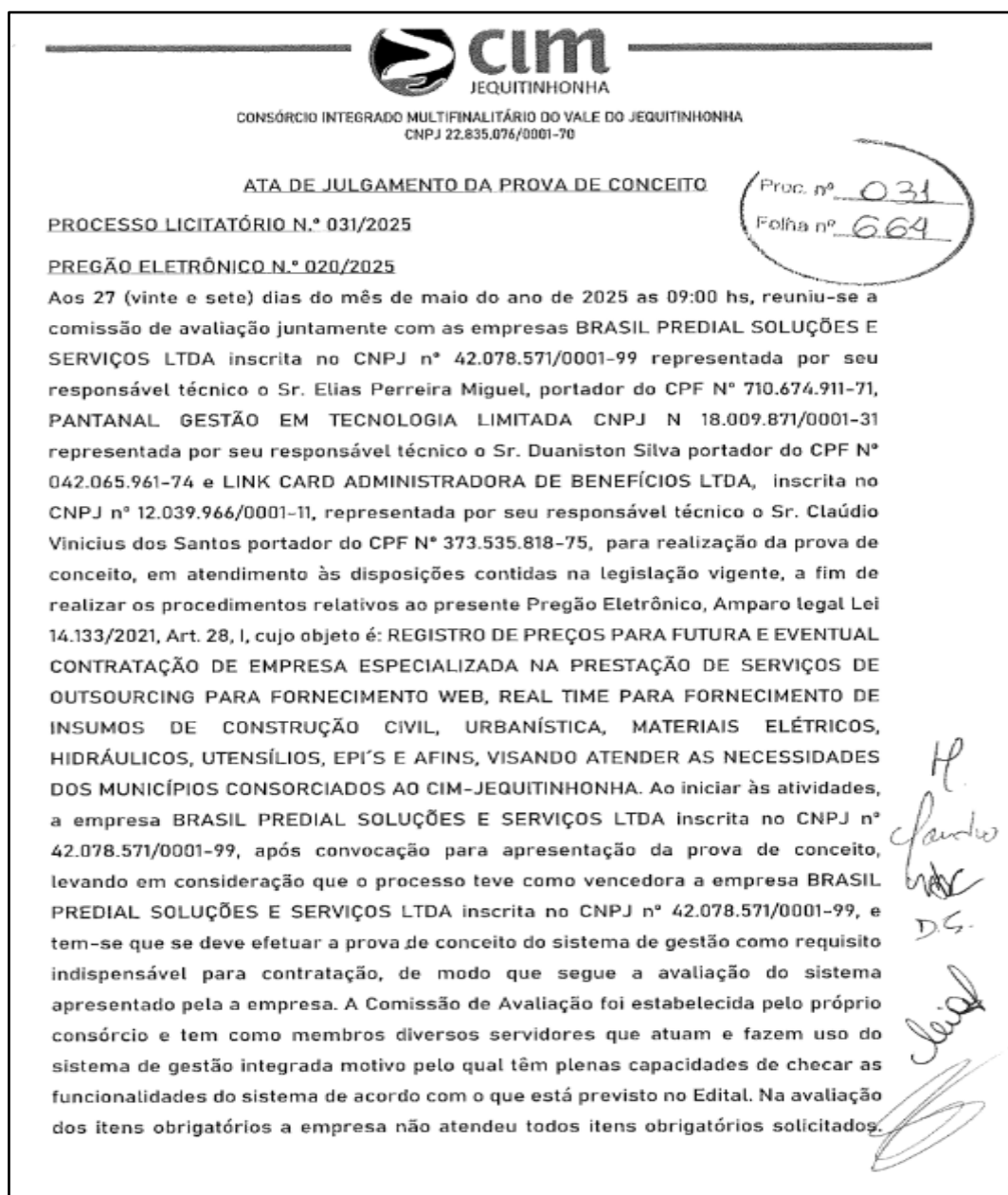
**ANTÔNIO ALFREDO DE ANGELIS**  
Membro

**TARCÍSIO FERNANDES CARDOSO  
BEZERRA**  
Membro



Da mesma forma, em outro edital que participou e venceu, do **Consórcio Integrado Multifinalitário do Vale do Jequitinhonha – CIM Jequitinhonha (Pregão Eletrônico nº 020/2025)**, também foi inabilitada por não atender a Prova de Conceito.

Abaixo imagem retirada da ata da apresentação da PoC:



**cim**  
JEQUITINHONHA

CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA  
CNPJ 22.835.076/0001-70

**ATA DE JULGAMENTO DA PROVA DE CONCEITO**

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 031/2025


PREGÃO ELETRÔNICO N.º 020/2025

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio do ano de 2025 às 09:00 hs, reuniu-se a comissão de avaliação juntamente com as empresas BRASIL PREDIAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ nº 42.078.571/0001-99 representada por seu responsável técnico o Sr. Elias Perreira Miguel, portador do CPF Nº 710.674.911-71, PANTANAL GESTÃO EM TECNOLOGIA LIMITADA CNPJ N 18.009.871/0001-31 representada por seu responsável técnico o Sr. Duaniston Silva portador do CPF Nº 042.065.961-74 e LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.039.966/0001-11, representada por seu responsável técnico o Sr. Cláudio Vinicius dos Santos portador do CPF Nº 373.535.818-75, para realização da prova de conceito, em atendimento às disposições contidas na legislação vigente, a fim de realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão Eletrônico, Amparo legal Lei 14.133/2021, Art. 28, I, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OUTSOURCING PARA FORNECIMENTO WEB, REAL TIME PARA FORNECIMENTO DE INSUMOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, URBANÍSTICA, MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, UTENSÍLIOS, EPI'S E AFINS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIM-JEQUITINHONHA. Ao iniciar às atividades, a empresa BRASIL PREDIAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ nº 42.078.571/0001-99, após convocação para apresentação da prova de conceito, levando em consideração que o processo teve como vencedora a empresa BRASIL PREDIAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ nº 42.078.571/0001-99, e tem-se que se deve efetuar a prova de conceito do sistema de gestão como requisito indispensável para contratação, de modo que segue a avaliação do sistema apresentado pela a empresa. A Comissão de Avaliação foi estabelecida pelo próprio consórcio e tem como membros diversos servidores que atuam e fazem uso do sistema de gestão integrada motivo pelo qual têm plenas capacidades de checar as funcionalidades do sistema de acordo com o que está previsto no Edital. Na avaliação dos itens obrigatórios a empresa não atendeu todos itens obrigatórios solicitados.

Proc. nº 031  
Folha nº 664

H. Claudio  
D.S.  
Claudio



**cim**  
JEQUITINHONHA

Proc. nº 031  
Folha nº 065

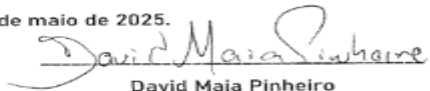
CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA  
CNPJ 22.835.076/0001-70


dos itens obrigatórios a empresa não atendeu todos itens obrigatórios solicitados. Para fins de avaliação prevê que na prova de conceito os itens listados deverão atender funcionalidade mínima de 90% em cada módulo. Nesse sentido a avaliação foi realizada considerando a totalidade dos itens de cada módulo do sistema conforme previsto no Termo de Referência, por final nem todos os módulos atingiram o atendimento superior a 90%. Onde foi possível auferir que a solução apresentada não atende a todos esses requisitos mínimos. Demonstrada avaliação do software de gestão apresentado pela empresa BRASIL PREDIAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ nº 42.078.571/0001-99, não atende os requisitos do termo de referência anexo ao edital do Pregão Eletrônico nº 020/2025. Diante da reprovação acima citada a Comissão de Contratação convocara o segundo colocado a empresa LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.039.966/0001-11 para apresentação da prova de Conceito.

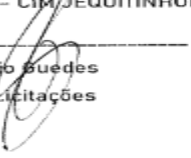
A empresa CENTRO AMERICA COMÉRCIO, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLOGIA LTDA pediu para constar que tem intenção de interpor recurso.

Nada mais havendo digno de registro, encerra-se a presente ata, que após lida, vai assinada pela comissão.


Diamantina-MG, 27 de maio de 2025.

  
David Maia Pinheiro  
Setor de Frotas

  
Leila Alves Ferreira  
Auxiliar administrativo – CIM JEQUITINHONHA

  
Mário Lúcio Buedes  
Setor de Licitações

Representantes das Empresas:



Portanto, vemos que em duas provas de conceito (PoC) recentes (**ambas de maio de 2025**), a Recorrida foi inabilitada por não atender os requisitos. Diante desse histórico alarmante, diga-se, é imprescindível que a título de diligência, seja realizada a Prova de Conceito (POC) para verificação da efetiva capacidade técnica da licitante.



### **3. PEDIDOS**

---

Pelo exposto, requer seja a presente petição **CONHECIDA**, para o Recurso Administrativo ser julgado **PROVIDO** para fins de haver a devida análise e consideração quanto aos fatos aqui argumentados e demonstrados, especialmente sobre a proposta da Recorrida, com a consequente inabilitação dela.

Ato contínuo, requer cópia integral dos presentes autos, caso seja indeferido o presente recurso administrativo.

Na oportunidade, a **LINK CARD** aproveita para reforçar seus votos de estima e consideração ao Município de Palmares/PE, permanecendo à disposição para eventuais esclarecimentos que porventura se façam necessários.

Termos em que  
pede e espera deferimento.

Barueri/SP, 18 de junho de 2025.

---

**LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA**

**Márcio Diniz dos Santos**  
**OAB/SP 455.008**

